
CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXILIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

**31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E
AUXILIO EMERGENCIAL CTOS/CIF**

Local: Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais, Edifício Minas, Salas 06 e 07 do 14º Andar. Rodovia
papa João Paulo II, Bairro Serra Verde. Belo Horizonte – MG

Dia: 17 de janeiro de 2019

Horário de início e de término das sessões:

Reunião da manhã: 09h00 às 13h00h

Intervalo para almoço: 13h00 às 14h00

Período da tarde: 14h00 às 18h00

Membros da Câmara Técnica:

Antônio Lopes de Carvalho Filho (DPU)
Hugo Ricardo Diogo (Representante do MPF)
João Marcos Mariano (DPU)
Juliano Magno Barbosa (Prefeitura de Mariana)
Jullyanne Cordeiro Ornelas (SETADES-ES)
Letícia Palma (Direitos Humanos-GOV-MG)
Marcia Carvalho Vieira (SETADES)
Marta Maria Castro (SEDESE-MG)
Mirna Lucia de Almeida Correa (MAPA)
Nilcéia Maria Pizza (SETADES)
Sarah Oliveira Gomes (Prefeitura de Mariana)
Sarah Oliveira Gomes (Prefeitura de Mariana)
Vanessa Santos Giraldele (Prefeitura de Linhares)

Fundação Renova:

Andre Luis Machado De Vasconcelos (Fundação Renova)
Carlos Cenachi (Fundação Renova)
Crhistian Souza (Fundação Renova)
Cynthia May Hobbs Pinho (Fundação Renova)
Fernando A. dos Santos Matos (Fundação Renova)
Isabelly de Lima França (Fundação Renova)
Laurent Rivet Rassi (Fundação Renova)
Lucas De Matos Sardinha Pinto (Fundação Renova)
Ludmila Carla Oliveira (Fundação Renova)
Luiz Zumpano (Fundação Renova)
Maria Leticia Mata (Fundação Renova)
Antônio Sergio de Souza (Fundação Renova)
Ticiane Faviero (Fundação Renova – Jurídico)
Viviane Aguiar (Fundação Renova – Jurídico)
Wagner Elisio Tonon (Fundação Renova)

Observadores:

Acácia Cruz Santos (Rosa Fortini – Assessoria Técnica – Santa Cruz e Rio Doce)
Alberico Fernandes Gomes (Comissão de Atingidos de São Lourenço)
Anderson Evangelista (Comissão de Atingidos de Naque)
Carolina Berg (Ernest & Young)
Cristiano de Andrade (SEDESE-MG)
Débora Lyrio de Melo (Secretariado-CT)
Evangelista Michel Lopes da Costa (Comissão de Atingidos de São Lourenço)
Fabrícia A. S. Fariaz (Rosa Fortini – Assessoria Técnica – Santa Cruz e Rio Doce)
Henrique Oliveira Carvalho (SEDESE)

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

Lélis Barreiros (ASPEC-Colônia Z-43)
Leonardo Frizeiro (Ernst & Young)
Luiz Coimbra Barbosa (Casa Civil)
Luiz Fernando Martins (Comissão de Atingidos de Naque)
Maria Aparecida Fernandes (PMBO-CRAS- MG)
Maria Cecília de Araujo (FGV-SP - Direitos Humanos)
Maria Dória (OFADV)
Paula Cristina Vieira (SEDESE-MG)
Rodolfo Zulske (Colônia Z19)
Ronaldo Dias Luiz (Comissão de Atingidos de Naque)
Thays Coutinho (Ernst & Young)
Valéria do Socorro Novaes de Carvalho (FUNAI)
Valeriana Gomes de Souza (Comissão de Atingidos de Naque)
Vannessa Gaudereto Guimarães (EMATER-MG)
Viviane Gonçalves Moreira (Prefeitura de Barra Longa)

PAUTA

16 /01/2019 (quarta-feira)

Reunião preparatória com membros dos governos e entidades convidadas (fechada).

17/01/2019 (quinta-feira)

Apresentação dos presentes, leitura da pauta, validação das atas CTOS 28 e 30, verificação de encaminhamentos pendentes;

1. Demandas de Atingidos de Minas Gerais que procuraram a CTOS:

Retorno sobre problemas apontados em Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (conforme anexo), Naque (conforme anexo) e Conselheiro Pena;

2. Programa de Indenização Mediada:

- Projeto-piloto “pescador de fato”: ações realizadas, resultados, cronograma, próximos passos;

- Situação das Políticas indenizatórias em elaboração;

- Indenização no município de Mariana – status atual (Fundação Renova informou no CIF de dezembro que as indenizações já tiveram início);

3. Deliberações 167 e 180:

- Andamento do Plano de Ação Sooretama e Linhares e Plano de Contingência para o Período Chuvoso 2019;

- Situação de elegibilidade e de pagamento de indenizações pelos atingidos pelo barramento.

- Indenização: situação dos camaroeiros.

4. Programa de Cadastro Integrado:

- Fluxo e prazo para correção do Cadastro;

- Cadastro no município de Mariana;

5. Programa de Proteção Social:

Implementação dos Planos Municipais de Proteção Social.

A reunião foi iniciada pelo coordenador João Marcos, onde foram feitas as apresentações de todos os presentes.

Houve primeiramente alguns apontamentos feitos pelos atingidos: (i) transparência de informações pela Fundação Renova com relação aos atingidos; (ii) cadastro demora a ser feito mesmo quando são entregues as documentações

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

solicitadas pela Fundação; (iii) pessoas que estão esperando há mais de um ano pela sua indenização; (iv) Agentes Públicos: assim que a pessoa recebe o valor de R\$ 11.200,00 em questão, a informação dada é que, num prazo de 90 dias, o retroativo do Auxílio Financeiro Emergencial seria depositado em conta e isso não aconteceu; (v) entrega do portfólio após 30 dias do Cadastro não aconteceu com_espera tem sido para mais de 1 ano, e a falta do documento é a argumentação; (vi) promessa feita que os atingidos receberiam o lucro cessante ao final do ano de 2018, e isso não ocorreu; (vii) o que está documentado e descrito pela Fundação Renova, na prática, não funciona; (viii) escritórios e veículos parados, sem serem utilizados; (ix) dívidas sendo contraídas para a manutenção da atividade econômica dos atingidos em especial a atividade agropecuária; (x) marcação de reuniões longas que dificultam a participação de atingidos.

O coordenador, João Marcos, solicita à Fundação a respostas para as solicitações enviadas pelas Comissões e pelos questionamentos abaixo: (a) Como está o planejamento do pagamento de AFE para os acordos de pesca de subsistência e pagamento do retroativo; (b) Agricultura: as reformas estruturantes previstas, o sistema de irrigação será refeito; (c) Custeio de transporte para atingidos quando a reunião for próxima à localidade de indicação da Comissão; (d) Retorno sobre os atingidos de Naque;

A Comissão de Atingidos de Naque presente na reunião informa que são 6 (seis) responsáveis pela comissão e 12 integrantes. A Sra. Mirna, membro da CTOS, informou que, no final de novembro de 2018 a Fundação Renova encaminhou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA informações sobre produtores e propriedades rurais atingidos e que estas informações estariam disponíveis, desde que fossem solicitadas através da representação de uma associação e por email. Informou ainda que as informações são numéricas, não contendo nome de pessoas atingidas. Lembrou ainda que informações nominais são sigilosas. Com relação a informações relacionadas aos pescadores, tão logo efetivamente o segmento da Pesca seja reintegrado ao MAPA, com certeza informações sobre os pescadores solicitado à Fundação Renova. Lembrou ainda que as reuniões ordinárias da CTOS, desde o ano de 2018 são itinerantes, incluindo Brasília e que estender a realização das mesmas em cidades que não as 3 (três) capitais na maioria das vezes torna-se inviável devido a questões da infraestrutura necessária que envolve a realização de uma reunião deste porte. Quanto aos sistemas de irrigação, das propriedades atingidas, este é um item que por competência deve ser discutido na Câmara Técnica de Economia e Inovação/CTEI, onde encontra-se o Programa de Recuperação das Atividades Agropecuárias, Programa este em fase de aprovação junto ao CIF. Para responder às questões colocadas, a Sra. Ticiane, jurídico da Fundação Renova, informou que as pessoas que ainda precisam receber o **lucro cessante**, dos acordos firmados em 2018, independentemente da limiar dada no final do ano, o receberão, até o prazo de 31 de março de 2019 (90 dias após a data de 05 de novembro de 2018). Ela afirma que os valores de lucro cessante dos acordos firmados até 2017 já foram pagos. Ressalta a importância de as pessoas procurarem os escritórios da Renova para que tenham acesso à proposta firmada por cada um. O coordenador reafirma que deve prevalecer o prazo de 31 de março impreterivelmente e que a decisão coletiva não pode prejudicar um acordo individual. A Sra. Ticiane afirmou que, mesmo estando no TTAC a distância de 1000 metros como limite para indenizações ao longo da calha, após uma assembleia realizada a posteriori, ficando decidido e acordado que, todos aqueles que firmaram acordo no Programa da Indenização Mediada (PIM) e reconhecidos como pescadores de subsistência recebessem o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) porém sem o retroativo a data que foram celebradas o acordo. Algumas pessoas aceitaram a proposta e outras não. Quem aceitou assinou a ata da assembleia. Os atingidos presentes, da Comissão de Naque, alegaram que ainda não receberam até a data desta reunião. Os representantes atingidos de Bugre, afirmam também que as comissões se uniram, com as assessorias técnicas e Fundo Brasil, para apoiar a comunidade de Naque mesmo sem amparo judicial ou social. A Sra. Ticiane lembra que, o que foi discutido e acordado para Naque, era o pagamento do retroativo do acordo pelo rompimento, que a política de pesca de subsistência está sendo desenvolvida, e as pessoas que assinaram o acordo seriam submetidas a esta verificação se são ou não pescadores de subsistência. Caso afirmativo, receberiam o valor restante faltante. Os acordos firmados com os atingidos, em relação à pesca de subsistência no valor de R\$11.200,00 não terão direito ao AFE. A CTOS se posiciona contra o não pagamento do AFE para as pessoas que já assinaram o acordo com a Fundação Renova. O entendimento é que, quem assinou o acordo, teve a sua situação reconhecida independentemente da discussão do PIM. Utilizou-se uma linha média de enchente ordinária (Lei Preventiva), para se estabelecer o valor de 1.000 metros da calha, e ficou por conta da Fundação Renova traçar a linha média de gabinete já que não foi feita de imediato. A Câmara Técnica precisou dar o aval para que os programas prosseguissem e somente depois detectou-se os problemas. Foi então solicitado a Fundação Renova um alinhamento deste parâmetro com a comunidade porque, mesmo morando longe do rio, pode-se viver da pesca. Ao CIF ficou a aprovação de um critério de priorização que a Renova atenderia mais rapidamente os que estão na distância já determinada pelos acordos e depois o restante. Uma outra dúvida era se o custeio poderia ser de mais de dois atingidos por evento/reunião. O Sr. Cenachi respondeu que o custeio é feito pelo que se está estabelecido no TAC GOV. A Gerenciadora já está em processo de contratação onde serão então colocadas em prática as regras definidas no acordo. O que foi estabelecido junto ao CIF foi a liberação do custeio para os membros do sistema. E, para a participação dos atingidos nas reuniões, tem-se utilizado

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

o programa de Participação e Diálogo para custear 2 (dois) para cada CT. Qualquer aumento neste número pode acarretar o ferimento do TAC Gov que já foi assinado pelos órgãos públicos. O coordenador da CT então explicou que será dado o privilégio à indicação feita pela Comissão de Atingidos. Lido o Ofício da Assessoria Rosa Fortini sobre as solicitações dos municípios de Santa Cruz e Rio Doce. A CT indica que, se a equipe técnica tiver alguma solicitação tem que apresentar a CT via e-mail primeiramente para que sejam avaliadas e encaminhadas à CT correspondente. Algumas reivindicações estão relacionadas a CT-Saúde e CT Segurança Hídrica e Qualidade da Água. Solicitado à Renova que as Assessorias Técnicas tenham acesso ao sistema de informações da Renova, o SGS. Sra. Acácia, representante da Assessoria Técnica do Rio Doce, relatou as reivindicações dos atingidos: cadastro com pendências de laudos de conclusão; impedimento de acesso a algumas programas, demora de atendimento no PIM dificultando acesso ao AFE de outras categorias de atingidos como produtores rurais e areeiros; demora para o início do processo de indenização junto ao PIM; dificuldade de acesso ao SGS para a busca de informações (o acesso ao sistema é individual); os ofícios enviados à Renova não são respondidos; não há resposta sobre os laudos técnicos da qualidade da água, do peixe e do solo; os técnicos que realizam a coleta de água para testes nos territórios não retorna com o resultado para a população; ausência de um cronograma de atividades dos programas dentro da comunidade pela Fundação Renova e as rachaduras nas residências que estão à beira das estradas devido a presença de caminhões nas estradas.. A falta de informação é a solicitação mais comum e urgente. CTOS informa a necessidade de revisão da matriz de danos para saber a real situação dentro do território. O coordenador chama atenção para o distanciamento que se percebe entre a Renova e a Assessoria Técnica. Toda a informação pública e de interesses dos atingidos precisam também ser de conhecimento da assessoria que precisa estar perto da Fundação Renova, que tem autonomia para tornar as ações cabíveis devidas. A Sra. Mirna acrescenta que o técnico da FR que bate à porta do atingido precisa estar habilitado e ter habilidade para conversar, orientar e capacita-los para a melhor forma de se utilizar a água, coleta de lixo e até mesmo o recurso financeiro proveniente de indenizações e auxílio emergencial. Existe aí também uma enorme oportunidade de realizar um trabalho comunitário de qualidade e eficiência, oportunidade esta que pode deve ser aproveitada pela assessoria técnica. Ela deve ser o principal canal para alinhamento das informações para a comunidade. O coordenador da CTOS lembra que, se há algum assunto debatido ou laudo apresentado e a assessoria técnica não tem conhecimento o atingido fica sem a informação, e a partir daí que geram os ruídos na comunicação. A Sra. Viviane, do Jurídico da Fundação Renova, ficou surpresa com a fala da Sra. Acácia porque acreditava-se que a relação com a Rosa Fortini era das melhores, mas que é importante o retorno com as manifestações para que se possa verificar internamente o que não está funcionando e o que precisa ser melhorado, já que está-se tanto nas reuniões como em campo. A metodologia utilizada é que, no momento do encontro com o atingido é que ocorre a sinergia. Se a devolução de informações não está ocorrendo de forma correta, a Sra. Viviane pede que se oficialize os pedidos a ela por e-mail. A assessoria informa que os atingidos de Santa Cruz não querem o atendimento de forma individualizada e sim que querem negociar com a Renova enquanto categoria. A Sra. Mirna lembra que o contato diário com os atingidos é muito importante, e que se estivesse acontecendo na base de maneira mais eficiente com certeza, não haveriam tantas reclamações. O coordenador espera que os problemas da comunidade cheguem na CT de maneira mais estratificada e de forma mais clara para saber quem falta ser atendido, por que ainda não foi e quais as medidas que deverão ser tomadas pela Renova. É importante o retorno das assessorias para que a sociedade saiba o que está sendo feito e o que está dando certo. Ressalta também que as questões individuais terão que seguir o fluxo estabelecido dentro da CT. Sr. Lélis, representante da colônia de pescadores, informa que a FR já indenizou mais de 8 mil pescadores, mas, na hora de apresentar o acordo elaborado pelas mantenedoras não apresenta brecha para ser modificado; que o programa de Cadastro está paralisado; direcionar à Secretaria a ajuda aos pescadores que entendem que a Samarco tem ajudado do que a comunidade de pescadores. O coordenador, Sr. João Marcos solicita ao Sr. Lélis que encaminhe suas reivindicações via o fluxo da CTOS para que possa ser enviado a FR. A Sra. Vanessa da EMATER/MG, presente na reunião pede a palavra e solicita representação oficial nas reuniões da CTOS. Sra. Mirna informa que na CT-EI está o Programa de Retomada das Atividades Pesqueiras e a representação oficial do Governo de Minas nesta CT é feita por um servidor da EMATER que é ligada à Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, portanto fica a critério deste órgão a indicação de sua representação oficial. Sugeriu que a Sra. Vanessa fazer sua solicitação a este órgão. O Sr. Alberico, representante dos atingidos de Bugre (São Lourenço) disse que não há água disponível para abastecer Cachoeira Escura, precisa-se de água de qualidade de outra fonte, e a Fundação Renova não tem diálogo com a comunidade. Uma série de reivindicações foram feitas e ninguém recebe ou dá a devida resposta aos atingidos. Lista de atingidos que não estão sendo atendidos e já foi enviado ao Sr. Marcus Fuchs. O Sr. Luiz Fernando, representante dos atingidos de São Lourenço, relatou que tem a relação dos atingidos, mas não se tem e-mail para comunicar diretamente à FR e não precisa de terceiros para fazer essa ponte. Solicitam que o exame da água que não foi realizado. Indica que outra análise em paralelo foi feita por uma instituição educacional e verificou-se que a água está contaminada. Iniciou-se então a fala do Sr. William Ramos Sarayed Din, gerente de Relações Institucionais da Fundação Renova, sobre **os acontecimentos em Baixo Gandu**, movimento organizado dos pescadores profissionais e outros grupo envolvidos sobre a liminar emitida pelo Juiz a segunda vara relativo ao lucro cessante. Indica que o AFE pago ao longo de 2018 será deduzido na indenização do lucro cessante. E

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

essa decisão não foi bem aceita e por isso ocorreu o movimento na linha de ferro da Vale. A Fundação Renova não tem gestão sobre as questões pertinentes a Vale diretamente como a ferrovia. Porém como a pauta estava relacionada ao lucro cessante, a FR tentou fazer contato com as lideranças presentes para registro dos pleitos e encaminhar aos programas para as devidas tratativas. No dia 14 e 15 ocorreram diálogos com lideranças e o gerente de território da Fundação Renova. A mesma informou que não poderia deixar de atender à uma decisão judicial embora respeite direito dos grupos de se manifestarem. A Vale buscou um pedido de reintegração de posse. Os pleitos registrados pela Fundação Renova terão um prazo de 15 dias para a resposta. O coordenador da CTOS ressalta que a decisão é liminar e não obriga a Fundação Renova a realizar esse desconto já que foi ganho um direito em razão a decisão, mas não a obrigação. A FR é que vai decidir usufruir, ou não, deste direito dado pelo Judiciário. O Sr. Willian responde ser pertinente a colocação e por isso, a equipe de programa já está em discussão junto ao Jurídico sobre essa questão e seus desdobramentos. Sr. André começou a apresentação das atualizações do **Projeto Piloto Pescador de Fato** com um breve resumo sobre o mesmo. O projeto iniciou-se em meados de dezembro com as oitivas das comunidades de Povoação e Regência para construir o perfil do pescador e seu quantitativo no território e se está de acordo com os sistemas pesqueiros. Realizados encontros em vários locais onde a comunidade se sentiu mais à vontade para dar seu depoimento e numerando os sistemas pesqueiros e tipos de especiais de pescados. No dia 22 de janeiro será feita uma reunião para que a Renova informe sobre os próximos passos. O atendimento será feito sempre em loco com todos os esclarecimentos sobre o processo. O projeto do Pescador de Fato deverá ser aderente à política da pesca e seguirá com a mesma indenização do pescador que tem registro. Neste momento não entra o trabalhador de apoio à pesca que hoje são em número de aproximadamente 150 pessoas cadastradas. Mas será uma oportunidade de identificar essas pessoas e atividades acessórias e paralelas através deste processo para dar maior clareza da cadeia como um todo. Pescadores não regularizados que possuem Registro Geral da Pesca (RGP) antigo e que não estavam na relação enviada pelo governo, foram indenizados e já entraram no processo. Só os que tem a carteira do Instituto Estadual de Florestas (IEF) ou do IBAMA não foram enquadrados com pescadores profissionais, mas que terão oportunidade de pleitear esse reconhecimento com o projeto, através do preenchimento dos questionários e da auto narrativa, hoje o recurso mais importante de aceção. Sr. Anderson, representante dos atingidos de Naque, relata que tem pescador embarcado e não foi reconhecido, e outros que tem a sua carteira há mais de 15 anos e ainda não foram indenizados. O coordenador da CT faz os apontamentos à fundação: o cronograma está atrasado; se vislumbra a possibilidade de colocar no projeto um adiantamento de indenização por dano moral, que não dependeria da prova de danos materiais; o que está ainda pendente de aprovação. O Sr. André responde que a aprovação final ocorrerá no final de junho com a conclusão do projeto piloto para ser replicados em todos os municípios. Relata ainda que, o mesmo está atrelado à política do pescador profissional e contempla danos morais e materiais, mas não se pensou na antecipação do dano moral. Dentro do cronograma apresentado durante a reunião, a fundação irá iniciar os atendimentos em fevereiro nas três localidades, Povoação, Regência e Conselheiro Pena para montar com as comunidades os perfil do pescador de subsistência (pescador de fato) e, com os atendimentos para o início de abril com a perspectiva de abranger a maioria dos pescadores. O Sr. João Marcos reflete se poderia ser replicado para outros municípios já de imediato para que não precisasse esperar até agosto, se o projeto for aprovado. Pontua que a Renova é grande o suficiente para lidar com os problemas que surgem ao longo do caminho. E essa responsabilidade pelo atraso é única e exclusivamente da Renova. A Sra. Vanessa, SETADES, lembra que foi colocado em reuniões anteriores que o processo em Conselheiro Pena começaria concomitantemente à Regência e Povoação. Ressalta que essa parte dos prazos é bem delicada e não é respeitada pela fundação e que é só durante as reuniões da CTOS que os membros recebem a informação que o cronograma já foi alterado devido ao atraso das atividades. O coordenador pontua que o próprio RMM (Relatório de Monitoramento Mensal) chegou um dia antes da reunião e pede que, o prazos previstos pelo TAC Gov sejam respeitados. Sr. Andre relata que a Fundação Renova está sensível a este caso, mas que o atraso foi necessário para se dar robustez ao processo e melhor dimensionamento dos recursos e equipes alocadas. Este é um momento de aprendizado e planejamento. Sra. Vanessa, da EMATER, relata que há um pedido dos pescadores do maior envolvimento da instituição no processo em Conselheiro Pena. A Sra. Mirna, pontua que é necessário também o cronograma contemplando todos os municípios pois, a CTOS precisa de documentos para acompanhar cumprimento dos prazos estabelecidos. A equipe é muito cobrada por seus respectivos órgãos governamentais e esgotou-se esse recurso de justificativas. Precisa-se estabelecer a parceria entre Câmara Técnica e Fundação Renova, com cronograma que seja exequível para a mesma e apresentado neste fórum para ser discutido. O papel da câmara é o de monitoramento e, para isso, precisa-se de referências dadas através de números e indicadores. O pedido não é feito pelos membros e sim pelos governos de Minas Gerais e Espírito Santo. Não há justificativa já que, funcionamento da fundação não tem os entraves que existem dentro do órgãos públicos e federais e que não seria saudável passar pelo desgaste como foi para a obtenção dos dados dos produtores rurais. Ficou claro para a Renova, relatou Sr. André, que a metodologia do projeto foi aprovada e precisa-se cumprir aquilo que foi deliberado, e caso haja uma distorção, não impede aprovação interna para que sejam feitos os pagamentos. Prioridade da Fundação Renova é a continuidade do cronograma do que já está em curso. Iniciou-se a apresentação via videoconferência pela Sra., Priscila, Fundação Renova, o **Plano de Ação de Sooretama e Linhares e Plano de**

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

Contingência. O Sr. João Marcos ressaltou que o relatório não pode ser enviado no dia da reunião porque impede a CTOS de realizar uma análise mais criteriosa e levantar os questionamentos. A Sra. Vanessa, da SETADES, informou que conseguiu-se avançar com o plano, mas como não houve tempo de realizar a análise no documento enviado ela solicita um prazo para se posicionar formalmente, com relação as solicitações de modificações. Prazo: 28/01. Com relação a Proteção Social, três casos que surgiram representados pela FR, intervenção pelo poder público do PAEF, PANFE. Estudo de caso para identificar se o poder público precisa ser envolvido no caso, dentro do que está aberto com relação ao tipo de contratação de RH. Lembra ainda que as famílias ainda não receberam os laudos cautelares e que precisam deste retorno. Os laudos de vistoria dos imóveis, conforme informa o Sr. Antônio Sérgio, da FR, a Defesa Civil solicitou o encaminhamento destes laudos e serão avaliados pela mesma antes de ser entregues as famílias, por isso a demora. Esse grupo de trabalho é acompanhado também junto com a Defensoria Pública (representantes Sr. Rafael e Sra. Mariana). Os trabalhos serão retomados com o fechamento do modelo de precificação e iniciação dos processos indenizatórios. Na próxima semana será realizada a reunião com o Ministério Público para a retomada do GT (Grupo de Trabalho). O Sr. Antônio Sergio complementa que a FR está para fechar um contrato com uma empresa para fazer a avaliação vistoria pericial nas casas onde as rachaduras podem comprometer-las. Todos os móveis perdidos serão ressarcidos. A Sra. Priscila acrescentou que já tem a informação que os laudos serão entregues às famílias no início de fevereiro. Sobre a indenização dos camareiros: situação de elegibilidade e de pagamento de indenizações pelos atingidos pelo barramento. A jusante do barramento, a proposta inicial com 17 comerciantes que recusaram a proposta da FR no final do ano. A maior queixa foi com relação ao descontos e o cálculo foi refeito e novamente apresentadas as propostas. Somente três comerciantes aceitaram a proposta e na última semana de janeiro serão retomadas as conversas sobre as indenizações para o melhor entendimento para entender se tem outra questão impedindo este aceite. Os moradores mapeados que foram impactados pelo barramento irão receber por danos morais. Serão realizadas entrevistas para a busca de dados de atingidos que tiveram perda de renda por lucro cessante. A Sra. Vanessa, da SETADES, alerta à FR sobre os danos materiais das famílias que não tiveram perda por lucro cessante. Sr. Lucas, do **Programa de Cadastro**, Fundação Renova, dá um breve histórico sobre o programa que teve seu início em 2016 e em 2017 a sua continuidade em função da discussão de como seria feita a inclusão dos atingidos. O nome Campanha foi dado para definir cada etapa do cadastro pela sua data de corte. Explica que na realidade é um processo onde o atingido pode solicitar a cessação a qualquer momento. De forma residual ainda existem pessoas que tiveram no seu cadastro alguma falha e estão sendo tratados e serão respondidos até o final de março, Campanhas 1, 2 e 3 (manifestações de novembro de 2015 a 02 de janeiro de 2019). O desmembramento do núcleo familiar não cria um dano novo e sim, há a atualização como um novo núcleo familiar podendo reverberar no atendimento inicialmente feito. A proposta data é separar por pessoa o quanto cada uma detém do bem já que cada membro preenche um formulário individual. O coordenador, Sr. João Marcos pontua que mesmo com os prazos de atendimento e entrega sendo globais e por lote, precisa-se caminhar com prazo individual também, e em como se dará a continuidade do projeto efetivamente. O Sr. Lucas acrescenta que nas Campanhas 1, 2 e 3, as correções serão analisadas caso a caso como, por exemplo, a correção de laudos, nos moldes estruturais mais próximos à metodologia do PIM. Isso servirá para agilizar o processo. Prevê-se o fim para março de 2019 o lote de 03 de janeiro de 2018 até janeiro de 2019 como Fase 2, para o atendimento do processo reparatório dos cadastrados. O coordenador da CT pontua que o passivo que ainda existe precisa ser trabalhado o quanto antes, solicita a Fundação Renova de que forma ela irá trabalhar as novas solicitações da Fase 2, lembrando da definição de um cronograma com os prazos para que se possa avançar na discussão. O Sr. Lucas lembra que está sendo feito um aprimoramento da gestão para que Programa de Cadastro seja alinhado ao restante dos programas para dar mais eficiência. Os novos cadastros e manifestações serão incluídas no novo fluxo que está sendo proposta na Fase 2 para superar os problemas. A ideia é que se atenda a todas as reivindicações feitas nas câmaras técnicas, como um fluxo mais eficiente e mais humano para que se atenda da melhor maneira os atingidos. O assunto agora é o **Programa de Proteção Social** onde a Sra. Gleisiane, da Fundação Renova, relatou que na reunião de dezembro de 2018 foi passado o cronograma do Programa de Reparação e que, ao final de janeiro, seria elaborado o modelo conceitual para a CTOS. Foi solicitada à CT-EI as suas sugestões para o Plano Conceitual, mas a mesma não conseguiu enviar suas anotações ainda bem como a CTOS. A Sra. Marta, membro da CTOS, informou que o documento não incorporou a proposta de reparação dos municípios, da deliberação 152, critério proposto para financiar os planos dos Municípios. Um deles seria o não financiamento dos municípios com menos de 50 famílias. E alerta ainda para que a Renova não esqueça do público incluído é tido como vulnerável. A proposta feita pela CTOS é a de diminuição dos prazos dados pela Fundação Renova para a acelerar o cronograma, lembrando que são planos de trabalho entre estados e fundação. Será feita uma Nota Técnica para a avaliação das propostas e sugestões feitas pela CT. O Sr. Juliano, membro da CTOS, pontua que não está de acordo em ter o município de Mariana como referência nas ações propostas para o pagamento de RH. Pode-se ter as três formas: um repasse financeiro, via OS, ou índice de folha. A Sra. Marta relata que o Sr. Wagner da Fundação Renova ficou de discutir e dar o retorno com a proposta do melhor cenário em termos legais. O coordenador encerra a reunião com os encaminhamentos:

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXILIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

CÓDIGO	PROGRAMA	EMCAMINHAMENTO	Prazo
E31-01	PG001 Programa de levantamento e de cadastro dos impactados (Cláusulas 19 à 30)	Proposta a ser enviada pela Renova sobre como será tratado o passivo de manifestações do Cadastro.	13/02/2019
E31-02		Solicitar à CT-SHQA as informações sobre o abastecimento de água e respostas às solicitações dos atingidos do município de Bugre, São Lourenço.	01/02/2019
E31-03	PG002 Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados (Cláusulas 31 à 38)	A FR irá enviar uma devolutiva sobre as reivindicações sobre o PIM, AFE e abastecimento de água de Cachoeira Escura e Naque enviadas por e-mail a Sra. Viviane (FR)	13/02/2019
E31-04	PG002 Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados (Cláusulas 31 à 38)	A FR irá enviar o retorno as solicitações sobre a lista do Sr. Lelis.	08/02/2019
E31-05	PG001 Programa de levantamento e de cadastro dos impactados (Cláusulas 19 à 30)	Marcar uma reunião com representantes da Defensoria Pública, Ministério Público e Fundação Renova, para se ter uma devolutiva sobre a liminar. A FR teria abertura para fazer uma devolutiva, incluindo a representação dos atingidos. Pedido que a reunião ocorra em Governador Valadares.	13/02/2019
E31-06	PG002 Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados (Cláusulas 31 à 38)	A CTOS solicita à Fundação Renova informações sobre o público de atingidos ribeirinhos: os que já foram indenizados e os que ainda faltam receber a indenização. Trazer os dados estratificados por comunidade, por municípios, se já foram atendidos.	13/02/2019
E31-07	PG002 Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados (Cláusulas 31 à 38)	Justificativa do atraso do Programa Pescador de Fato e a data das outras entregas. Prazo: 04/02.	04/02/2019
E31-08	PG005 Programa de Proteção Social (Cláusulas 54 à 58)	Devolução do cronograma do monitoramento do Plano de Ação de Sooretama e Linhares e Plano de Contingência para o período chuvoso até o dia 28/01 pela CTOS. E a FR se manifesta até o dia 13/02.	13/02/2019
E31-09	PG005 Programa de Proteção Social (Cláusulas 54 à 58)	A FR através comprometeu-se a enviar um cronograma de avaliação e entrega dos laudos da empresa contratada de avaliação dos imóveis e dos laudos cautelares.	01/02/2019
E31-10	PG005 Programa de Proteção Social (Cláusulas 54 à 58)	Envio do status do programa de Proteção Social e cronograma atualizado. Encaminhar o Modelo de análise do programa de Proteção Social pela CTOS até o dia 21/02. A FR ira responder até o dia 01/02.	01/02/2019
E31-11	PG021 Programa de Auxilio Financeiro Emergencial aos IMPACTADOS (Cláusulas 137 à 140)	A Fundação Renova deverá confirmar os dados dos atingidos que ainda faltam receber o AFE.	13/02/2019

340
341
342